

# Falar alemão, falar português

---

*Cynthia Machado Campos\**

Este tema de trabalho surgiu de uma discussão historiográfica voltada para a “Política da língua”, ligada a uma pesquisa em torno do período da administração de um Interventor do governo de Getúlio Vargas no Sul do Brasil e da sua política assistencialista. Naquele momento particular a documentação consultada evidenciou um grande número de referências feitas pelo Governador Nereu Ramos, de Santa Catarina, ao perigo da persistência de uma prática bastante comum naquela época: o uso da língua estrangeira. Nereu Ramos, bem como outras autoridades governamentais, preocupavam-se, sobretudo, com a linguagem veiculada no interior de sociedades – ou associações – fundadas nas zonas que haviam recebido, no passado; grande quantidade de imigrantes vindos do exterior: com o falar alemão, fundamentalmente.

As recorrências à inconveniência de manter tais práticas estiveram relacionadas, através de documentação das décadas de 30 e 40, referentes ao Governo Vargas e ao Estado Novo, a um amplo

---

\* Departamento de História – UFSC.

Projeto de Nacionalização levado a termo em todo o território brasileiro e que atingiu diferentes segmentos da população, incidindo com mais veemência sobre grupos que tiveram seu passado vinculado à imigração. Na situação particular de Santa Catarina, os grupos haviam fundado uma série de associações de caráter diverso, que variavam nas finalidades recreativas, esportivas, culturais, educacionais e de caridade. Existiam sociedades de canto, de ginástica, e principalmente de tiro<sup>1</sup>. Vinculadas às sociedades estavam grupos teatrais, orquestras, bandas de música e grupos folclóricos. Da documentação oficial referente a essas sociedades aparece logo a persistência das autoridades numa temática: a língua. Os governantes e seus representantes não se cansavam de enfatizar a sua reprovação aos grupos reunidos em torno dos núcleos associativos que insistiam em falar uma língua estranha, e a necessidade de que fosse feito todo o empenho por parte das autoridades e da população para que tais núcleos modificassem sua prática e passassem a adotar a língua nacional. Entretanto, os textos produzidos pelos descendentes de imigrantes evidenciam que, não respeitando as decisões governamentais, a maioria dos grupos permaneciam ligados social, cultural e emocionalmente à língua do seu país de origem, muitos deles persistindo no uso da língua materna, e outros, apesar de empreenderem tentativas de ligar o uso do português às suas práticas cotidianas, não conseguiam, apesar dos esforços, expressar seus sentimentos e emoções mais íntimos na nova linguagem.

Um trabalho que investiga questões de identidade na língua, na fala do alemão no Sul do Brasil nos anos 30/40, esbarra com discursos sobre nacionalização ou nacionalismo, tanto no Governo Vargas no Brasil, quanto no Nazismo na Alemanha. Por um lado tem-se um quadro com imagens de construção da nação brasileira, fundado na brasilidade, nas tentativas de despertar nos brasileiros o sentimento de pertencimento. Por outro, na Alemanha, evidencia-se um projeto totalitário, nazista, no qual a congregação dos descendentes de alemães, mesmo nascidos fora das fronteiras da Alemanha, fez parte do jogo estratégico. Havia que se cooptar, para o partido, estes contingentes. O Sul do Brasil apresenta-se, por sua vez, diversificado, culturalmente heterogêneo, com populações das mais diversas origens, com tradições distintas.

Os conceitos de nação, de nacionalidade, de nacionalismo, são conceitos que unificam, que padronizam, que tendem a homogeneizar, criar identidades. Vargas e seus seguidores buscavam, intencionalmente, afirmar um tipo de trabalhador brasileiro, de trabalhador nacional. O projeto de Hitler insistia na necessidade que teuto-brasileiros mantivessem a nacionalidade e cidadania germânicas. Configurou-se uma situação em que projetos homogeneizantes lutavam para se impor diante da diversidade cultural e vice-versa; uma situação de tensões, de conflitos, de lutas de dominação e resistências diversas, que se faziam evidentes ao nível cultural. Isto pode ser pensado, numa perspectiva historiográfica, em termos de história cultural e em termos de procedimentos que confrontam textos.

Como confrontam-se textos com enfoque nacionalizador, textos do governo Vargas, do governo Nereu Ramos em Santa Catarina, com textos deixados pelos imigrantes? É possível perceber quais temas e enfoques são recorrentes nestes textos? É possível perceber como os teuto-brasileiros caminham nos textos, buscando referenciais diversos, que passam pelo Brasil, pela Alemanha, por projetos de adesão e resistência ao projeto nacionalizador de Vargas e de Hitler?

No caso de uma pesquisa sobre a afirmação da língua nacional diante de populações de origem alemã nos anos 30/40, as possibilidades colocadas poderão levar a olhares diferenciados frente ao material disponível para a temática a ser abordada, que não são necessariamente excludentes. Uma das formas de lidar com tal situação talvez fosse a de dar visibilidade a conjunturas sociais, econômicas e políticas que envolveram os diferentes projetos ou concepções de nacionalização e nacionalismo. De um lado poderia estar o projeto do governo Vargas, e do outro, as tradições culturais e políticas herdadas pelos descendentes de imigrantes alemães. Lados não tão opostos assim, sujeitos a permanente diálogo. Em tal circunstância, através de textos e contextos, se poderia passar à explicação das razões pelas quais a língua adquiriu uma dimensão histórica tão importante naquele momento, como questão estratégica, prioridade nacional, necessidade imaginária, construindo um inimi-

go externo e interno, para reunir indivíduos em torno de fortes sentimentos de brasilidade.

Outra forma seria, talvez, a de tomar textos do Estado e textos escritos pelos descendentes de imigrantes alemães, para apreender, no interior do seu enunciado, como certas noções de língua foram tomando corpo pelos conteúdos explicitados, de forma a intervir sobre interlocutores da disputa, cristalizando práticas já existentes ou possibilitando redefinições de suas atuações. Talvez o envolvimento com textos da época também possam possibilitar a apreensão de intervenções, efetuadas por este material escrito, ou impresso, e das possibilidades da redefinição de papéis e posições na disputa a partir de sua argumentação. Está-se aqui apontando para alternativas possíveis tanto de resistências como de adesões ao projeto nacionalizador por descendentes de imigrantes, como também para avanços e recuos por parte das autoridades vinculadas ao governo Vargas, numa perspectiva muito semelhante à apontada por Bakhtin:

Para Bakhtin, a linguagem é um campo de batalha social, o local onde os embates políticos são travados tanto pública como intimamente. A linguagem e o poder vivem numa interseção permanente, não apenas sob forma óbvia de conflitos relativos a idiomas oficiais, (africâner versus inglês na África do Sul; francês versus inglês no Canadá), como em qualquer lugar onde a questão da diferença lingüística se veja envolvida com ordenações sociais assimétricas<sup>2</sup>.

A abordagem trilha também o caminho das emoções, do conteúdo emocional de certas falas. Ora, a brasilidade traduz-se em sentimentos. Ela atua sobre os indivíduos, sobretudo quando é veiculada pela literatura, pela poesia, pela pintura, pela música, pelas artes em geral, desta forma atingindo o coração. O projeto nacionalista de Vargas fez um apelo forte neste sentido. Entretanto, as vinculações emotivas com a língua, na tradição alemã, também foram intensas.

A valorização da pátria como sentimento, a importância do sentido pátria-natureza, ligado à língua e às tradições, local de nascimento e lugar de emoções, evidencia a tradição romântica. Nos

mitos de origem, a língua alemã está vinculada à natureza, às coisas da terra, em meio a sentimentos e emoções, dando as bases para a germanidade. A tradição romântica toma a linguagem como inerente à razão e a filosofia alemã parece atribuir bem maior importância à linguagem do que à matriz do iluminismo francês, da razão iluminista.

Essas questões estiveram vinculadas desta e de outras formas aos imigrantes alemães, ou aos teuto-brasileiros. Num momento em que o Brasil definia seu conceito de nação, em que a Alemanha afirmava seu nacionalismo definindo “raça ariana” como “raça alemã”, excluindo alemães não arianos, tornava-se fundamental para os brasileiros-alemães, ou alemães-brasileiros, a definição de uma identidade. A definição passava por preceitos de nacionalidade, naturalidade, nascimento, sentimentos, vínculos com pais e avós, com ligações de caráter político com a Alemanha e com o Brasil e por questões religiosas.

Um debate como este se tornava complexo e de difícil resolução, tendo em vista que o local em que as questões emergiam era o sul do Brasil. Este era o lugar da diversidade cultural, da herança da tradição de povoamento heterogêneo, que reunia povos das mais diversas origens. Neste lugar e momento, a definição do conceito de pátria, tanto para alemães como para brasileiros, parecia ser de importância essencial. Manifestavam-se preocupações de descendentes de alemães em definir se a verdadeira Pátria seria a Alemanha ou o Brasil, a exemplo dos descendentes de portugueses em sua relação ambivalente perante o Brasil e Portugal. A identidade dos grupos descendentes de alemães sempre tendeu a se afirmar em relação à situação de outros grupos existentes no Sul do Brasil, fossem estes descendentes de portugueses ou de africanos.

Muitas discussões transitaram, naquele momento, em torno da necessidade de definir o conceito de “pátria”, preocupações essas que atingiram tanto autoridades brasileiras como descendentes de imigrantes alemães. A definição desse conceito poderia resultar na afirmação, diante da opinião pública, de referenciais de conduta vinculados a um ou outro segmento. De um lado estava o nacionalista Orestes Guimarães, querendo interferir na definição dos conceitos utilizados pelos professores nas escolas; do outro lado, os

que defendiam o direito das escolas particulares alemães continuarem ensinando aos alunos as definições de pátria já cristalizadas no imaginário dos teuto-brasileiros.

Os ideais de Pátria e Nação, fortemente inscritos na cultura dos alemães, apareceram de diferentes maneiras na imprensa. Em certos momentos, os textos pareceram impregnados de nostalgia, voltados para manifestações de sentimentos vinculados à terra de origem, de amor aos antepassados, de afetividade em relação ao uso do idioma germânico. O clima nostálgico evocativo de um paraíso perdido, da busca de alguma coisa que não está no presente, remonta ao romantismo. Recoloca a atitude de inquietude, de permanente interrogação, de perpétua procura. Em outros momentos o nacionalismo tendeu para princípios de superioridade étnica, de preconceito e desqualificação em relação aos demais integrantes da sociedade catarinense ou brasileira. Houve também evidências de divisões internas de caráter político, social ou até mesmo individual, muito acentuadas entre descendentes de alemães, que foram a público nos jornais.

Os documentos evidenciam que a propaganda oficial, ao tratar o “perigo alemão” no sul, desconsiderou divergências não apenas na imprensa, como também no interior das associações, das sociedades escolares e demais espaços em que alemães praticavam seu idioma. Ao contrário do que representantes do governo Vargas tentaram demonstrar, a língua alemã não foi utilizada apenas para comunicar conteúdos políticos vinculados a questões nazistas ou partidárias. Vinculando língua alemã a nazismo, a população brasileira foi convocada a auxiliar o governo nas perseguições, e mantida em alerta quanto à possibilidade de algum “comportamento estranho” entre descendentes alemães.

O que os documentos do governo brasileiro e de intelectuais preocupados com o resgate das origens açorianas em Santa Catarina não evidenciaram, entretanto, é que os textos escritos pelos grupos descendentes de alemães não tinham necessariamente um conteúdo político explícito, mas eram textos que manifestaram uma tradição cultural. Tal tradição passou pela herança poética, literária, filosófica e historiográfica; pelos textos de dramaturgos vinculados ao ro-

mantismo alemão ou a outras tendências. Em certas circunstâncias os textos permitem identificar, sim, a existência de grupos nazistas, mas também evidenciam a existência de simpatizantes socialistas, social-democratas e até mesmo de descendentes de alemães que não estavam mais interessados na política alemã, por estarem, talvez, mais identificados com o Brasil do que com a Alemanha.

Apesar das divergências verificadas na imprensa quanto a definições políticas de grupos dos quais os jornais eram porta-vozes, e da constatação da existência de diferentes tendências políticas entre teuto-brasileiros, o nazismo também exerceu atrativos sobre eles. Parece ser muito próprio das comunidades alemãs, ligadas a sentimentos vinculados às suas tradições, à educação, e à herança dos antepassados; a disposição para aderir, naquele momento, à liderança de Hitler e ao carisma próprio da relação entre o líder e seus seguidores. O sentimento de coletividade, mais forte do que o senso de individualidade, que atravessou a história das comunidades alemãs, certamente estimulou a liberação de uma carga emotiva intensa canalizada para o movimento nazista. A sedução exercida por Hitler sobre comunidades de origem alemã poderá ser explicada não apenas a partir do envolvimento com a história da Alemanha, mas também com o momento presente, aquele dos anos 30/40, e das relações que mantinham entre si e com os demais habitantes do Sul do Brasil.

Embora se verifique que associações culturais, recreativas ou desportivas, bem como a imprensa de língua alemã, fossem alvo da propaganda exercida pela Liga Pangermânica e pela *Auslandsorganisation* – organização para o exterior – do NSDAP – Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães –, nem sempre adesões por parte daqueles segmentos foram espontâneas, como pretendiam porta-vozes de Hitler no Brasil. Houve resistências de diversos tipos a intervenções procedidas por agentes do partido que, em represália, passaram a fiscalizar rigidamente o funcionamento das sociedades, punindo ou utilizando pressões diversas para levar seus membros a integrar seus quadros.

A inclinação dos descendentes de alemães parecia não ser tão naturalmente direcionada para a adesão ao nazismo, como tanto os

partidários do projeto Vargas como os solidários ao Hitlerismo pretendiam afirmar – cada um deles, evidentemente, ligados a universos políticos bastante divergentes, por um lado, e bastante semelhantes, por outro. Por essa razão houve a necessidade de um investimento tão grande em propaganda como foi feito por parte do NSDAP, para atrair membros para as suas fileiras. Conforme a documentação, no Paraná foram promovidas festas e outras manifestações culturais, foram impressos folhetos, e investiu-se na juventude com viagens à Alemanha e transmissões radiofônicas periódicas, para motivar adesões, com auxílio do consulado alemão.

No caso de Santa Catarina, verificou-se situação semelhante. A temática do Nazismo inspirou autoridades e o argumento serviu à campanha nacionalizadora que impedia o uso da língua alemã. A associação da língua alemã com nazismo esteve presente nas políticas que foram adotadas junto às escolas. Os métodos para impedir o uso do alemão e garantir a adoção do Português foram os mais diversificados. Nota-se que certas preocupações das autoridades escolares caminhavam no sentido de que as crianças fossem “familiarizadas” com a nova língua – o português –, nos primeiros anos escolares. Para isso os professores deveriam utilizar a “linguagem infantil”, mais apropriada para atingir as crianças. Nada deveria ser exigido dos menores fora daquilo que fosse um “envolvimento afetivo com a linguagem”. Isso quer dizer que as crianças não deveriam decorar, sem conhecer o significado das palavras; não deveriam repetir frases de forma mecânica, nem escrever nada destituído de significado. Semelhantes preocupações se referiam também à ortografia.

Os cuidados em relação ao ensino do português nas aulas podem dar algumas referências de como, pouco antes do fechamento das escolas alemãs pelo governo Vargas, estava sendo discutido pelos descendentes de alemães em Blumenau, o envolvimento mais intenso com a língua portuguesa. O português era a língua oficial do país em que viviam, e por isso deveria ser estudado. Mas havia orientações quanto à relação que os alunos deveriam manter com a língua: as regras não poderiam ser impostas sem que as crianças fossem capazes de apreendê-las pela memória visual e pelos sentidos.

Nenhuma regra ortográfica seria assimilada sem que fosse feito um exercício prévio de seu emprego prático e efetivo; haveria sempre a necessidade da demonstração da regra. Nada que fosse desconhecido deveria ser veiculado sem que se procedesse um reconhecimento anterior. Na assimilação da nova linguagem não deveria haver exageros, porém cautela. Questões referentes ao uso da língua nas escolas alemãs evidenciam um tema político do momento, que era do confronto entre descendentes de alemães e representantes do governo Vargas. Do lado dos teuto-brasileiros estava a língua alemã, como veículo capaz de identificar o grupo entre si, de ser um elemento da identidade. Do outro lado, o uso da língua portuguesa era prioridade da campanha nacionalista de Vargas. Nesse sentido, fica clara a importância atribuída à linguagem por ambas as partes, traduzida em disputas no interior das escolas que foram porta-vozes desses segmentos: a escola particular alemã, por um lado; e a escola pública brasileira, por outro.

Talvez no imaginário teuto-brasileiro, no que se refere ao apego afetivo à Alemanha, às sensibilidades relativas à pátria, fosse muito importante a manutenção da nacionalidade alemã. A conservação dessa nacionalidade poderia ser uma tentativa de ressuscitar vínculos distantes, quase perdidos. No momento de se referir às lendas, às histórias contadas para filhos e netos nos serões familiares, aparecia um sentimento muito forte: o sentimento de ter os antepassados nascidos na Alemanha, sentimento este que estimulava a manutenção da nacionalidade germânica. Nesses momentos, valiam-se do uso da língua alemã. Mas tinham claro, sem dúvida, uma questão para a vida: eram cidadãos brasileiros. A língua era um elemento de identificação, mas havia-se que aprender a língua portuguesa, pois esta dava possibilidades concretas de sobrevivência. A cidadania brasileira era alguma coisa muito objetiva, muito prática, era algo que poderia reverter no reconhecimento de seu trabalho e sua contribuição ao Brasil.

No imaginário nazista, entretanto, como integrantes da comunidade nacional alemã, cabiam todos os que atendessem ao atributo raça e língua, independente do local de nascimento. Aqui se incluíam os nascidos no Brasil, evidentemente. Nacionalidade e cidadania

nia alemãs eram indissociáveis. A re-germanização dos teuto-brasileiros era questão prioritária. Para aqueles, a língua era fundamental, além de ser uma forma de burlar a censura brasileira. Era um elo muito forte, uma unidade a ser mantida a todo o custo, e que não poderia e não deveria ser quebrada.

Nazistas ou não, as escolas particulares catarinenses estavam, naquele momento, dificultando a extensão do poder do Estado sobre toda a sociedade. Conforme esclarece Lefort, são movimentos dessa natureza, especializados em estender os tentáculos do Estado sobre a sociedade que desencadeiam formas de controle diferenciadas para envolver até mesmo os segmentos plantados em espaços sociais recônditos, que encerram em si discursos totalitários<sup>3</sup>. Parece ter sido justamente esse movimento que a propaganda nacionalista do governo Ramos pretendeu afirmar junto às populações de Santa Catarina:

[...] avulta o de que o 'Estado', na frase lapidar de Francisco Campos, 'precisa exercer de modo efetivo o controle sobre todas as atividades sociais, a economia, a política, a educação'. Não foge um instante sequer o governo catarinense às responsabilidades desse encargo, que antes aceita de peito desafiado e com ânimo resoluto e construtivo<sup>4</sup>.

O discurso de um Deputado catarinense que defendeu a nacionalização do ensino opondo-se à idéia de germanização, permite acompanhar, mais do que a dimensão desse debate e a ampla repercussão que teve no Congresso Nacional, aquilo que vinha acontecendo em Santa Catarina em termos de fiscalização na área escolar e de repressão às desobediências e reações às ordens então emanadas:

Vê a Câmara que a germanização de Santa Catarina é um mito, uma invenção, como tantas outras que existem neste país. [...] A fiscalização do ensino, ali, é uma realidade como em muito poucos Estados o é. Além do inspetor geral, existem mais dois inspetores, cuja missão consiste exclusivamente em visitar as escolas, e raro é o jornal do Estado em que não se encontre suspensão de professores. Por 8, 10, 15 e mais dias, por não terem cumprido os seus deveres. Ainda conforme o último jornal que recebi, na inspeção feita ao município de Palhoça,

foram suspensos por diversos prazos oito professores, e entre as faltas que cometeram lembro-me de uma: a de não ter o professor ensinado todos os hinos a seus alunos. Uma suspensão de oito dias pôr esse motivo de caráter político, social ou até mesmo individual!<sup>5</sup>

A centralização das atenções dos governantes catarinenses na questão educacional esteve estreitamente vinculada ao crescimento das atenções com a afirmação da nacionalidade, revelando também que os inspetores insistiam na questão do detalhamento dos conteúdos, na sua transmissão e na disciplina escolar. Os textos revelam como se estava naquele momento, relacionado às questões de ensino, constituindo-se o outro, o inimigo, o inadequado, traduzido aqui na figura do professor, sobretudo do professor de história, e nos conteúdos por ele ministrados. Apareceram também evidências de uma concepção de história ligada a feitos, glórias e batalhas de grandes heróis.

O detalhamento do controle sobre a atividade escolar é um dos elementos que permite vincular a intervenção na escola com o amplo processo educativo que atingiu a sociedade catarinense como um todo, nos anos 30/40. Este controle vinculou-se a exercícios que visavam promover a integração dos indivíduos à nação pelo trabalho, tendo sido a escola considerada um lugar privilegiado para a formação produtiva do cidadão catarinense. Nesse sentido, o Vale do Itajaí parecia ser uma região que adquiriria, naquele momento, um caráter estratégico, porque se acreditava que ali se concentravam grandes contingentes de uma população, disciplinada por tradição para as atividades industriais:

Notadamente no município blumenauense é elevado o índice de um labor insano e de um trabalho produtivo, fecundo e bem orientado. A indústria ali só pode honrar os nossos foros de nação civilizada. As modernas fábricas manufaturam os melhores produtos do gênero<sup>6</sup>.

O texto continuava lamentando que o trabalho nas fábricas não estava sujeito ao controle do Estado brasileiro, utilizando-se, em meio a questões relacionadas ao uso da língua, da desculpa da exploração do trabalho de mulheres e menores, regulamentação

essa que não costumava ser cumprida pelo patronato. O que interessava mesmo, naquele momento, era colocar toda a disciplina e produtividade dos alemães a serviço dos interesses nacionais:

Enorme decepção sentimos quando penetramos em outras grandes fábricas: falava-se o alemão, todas as indicações estavam escritas nessa língua e, quase sempre, as leis de proteção ao trabalhador não eram cumpridas, principalmente as que diziam respeito às mulheres e aos menores e às da obrigatoriedade das 8 horas de trabalho<sup>7</sup>.

Urgente tornava-se, naquele momento, resgatar o atributo “disciplina”, atribuindo-lhes, entretanto, uma feição nacional:

Quando a sua população estiver convencida de que é brasileira e, como tal, deve usar a mesma língua e adotar idênticos costumes, Blumenau será uma das mais notáveis cidades do Brasil. Haveremos de conseguir isso<sup>8</sup>.

O discurso de Nereu Ramos em 1939, na cidade de Blumenau, destacou o valor que o Estado deu à língua, como um meio eficiente para atingir a unidade política:

Se língua diferente da nossa aqui predominou, culpa não cabe aos aqui nascidos, senão às instituições brasileiras, exageradamente liberais, e àqueles homens públicos que refugindo criminosamente à realidade, não encararam o problema com o destemor e a segurança com que fez o Estado Nacional, implantado a 10 de Novembro pela clarividência política do grande Presidente Vargas e pelo patriotismo das nossas gloriosas forças de terra e mar<sup>9</sup>.

O projeto nacionalista, em contraposição, lançava-se na busca de uma verdade, conforme um discurso que tratava da “unidade cultural”, no 3º Congresso de Brasilidade, em Florianópolis: “[...] seja minha a linguagem da sinceridade, porque ela, e somente ela, pode levar-nos à obtenção da verdade, suprema finalidade dos que se entregam de corpo e alma ao estudo desinteressado”<sup>10</sup>.

No que se refere especificamente à inspeção escolar, a intenção era a de atingir amplamente o ensino da língua portuguesa:

Por isso, precisamos combater o desprezo e a negligência no estudo do português, matéria esta que, infelizmente, mais reprova candidatos a concursos e mais sofre a inclemência dos que tem a dita de se exprimir nesse rico idioma<sup>11</sup>.

Aqui se revelam preocupações a respeito da expansão de uma determinada ordem e da imposição de uma disciplina social emanada da máquina administrativa do Estado Novo, reforçando o uso da linguagem imposta pelos poderes constituídos e garantindo a utilização de um material didático editado em língua nacional. Transparece a eficácia desse investimento quando é tomado como forma de manter sob controle os referenciais nos quais pautavam-se as condutas dos homens. Esse controle estendeu-se na possibilidade de reforçar a representação de um Estado solidamente sedimentado, pautado nas noções de obediência ao governo, na conformação dos indivíduos em ocupar um espaço –território– previamente determinado, na utilização de uma linguagem sancionada por esse poder e na luta permanente pela sua afirmação diante da sociedade:

Eis porque o problema educacional, em certas regiões do Brasil, importa-lhe verdadeira defesa da unidade e até da soberania. Um país, acentuava há dias, o Presidente Getúlio Vargas, não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território, mas, principalmente, a unidade da língua, a unidade da raça, a unidade do pensamento nacional<sup>12</sup>.

A preocupação em fazer a população do Vale do Itajaí cultivar o sentimento de culto aos heróis nacionais poderia ser um dos elementos capazes de atingir os referenciais simbólicos desses grupos, auxiliando na substituição do sentimento germânico pelo sentimento de brasilidade:

Em toda cidade de Blumenau, apenas dois monumentos aparecem, como a homenagem do povo aos seus vultos históricos. Não pensemos em encontrar estátuas que relembrem heróis nacionais ou cidadãos brasileiros que, pelos relevantes serviços prestados à Pátria, mereçam as consagrações dos bons patriotas. Para aquela gente não existiam

concidadãos que as merecessem. Como uma confirmação disto, lá estavam os monumentos a Fritz Müller e Hermann Blumenau<sup>13</sup>.

As palavras de Nereu Ramos, em discurso pronunciado em 1943, esclareceram acerca da vinculação que os detentores do poder faziam entre o material didático utilizado na rede escolar e os referenciais de conduta dos cidadãos, explicitando, ainda, as razões pelas quais o uso do material didático em língua estrangeira era capaz de comprometer as estruturas de poder vigentes em Santa Catarina:

Em livro encontrado nas escolas estrangeiras que, pôr desfigurarem a alma da nacionalidade, foram ultimamente fechadas, depara-se a afirmativa de ser Blumenau cidadezinha puramente alemã - *reindutsche Städtchen*. Blumenau não é cidade alemã. É cidade brasileira, pelo trabalho de seus homens e pelo coração entusiasmado de seus filhos. Os que aqui nasceram, não nasceram para servir a outras pátrias, nem para cultuar outras tradições nem para alimentar outros sentimentos que os despertados pela bandeira incomparável do Brasil<sup>14</sup>.

Essa referência a Blumenau como cidade alemã, não despertaria tal preocupação nas autoridades, se tivesse sido feita em um outro momento. Mas, naqueles anos, essa afirmação comprometia, decisivamente, a consolidação da nacionalidade e o estabelecimento de uma base sólida sobre a qual se pretendia afirmar a noção de povo brasileiro. A definição de Blumenau como cidade brasileira ou alemã se tornou, nos anos 30, fundamental para a fixação dos limites espaciais e culturais sobre os quais referenciavam-se os indivíduos.

As preocupações estenderam-se, para relacionar-se também aos nomes utilizados para designar as escolas e outras instituições<sup>15</sup>:

Para o ensino feminino (em Blumenau) existe o 'Colégio Sagrada Família', localizado em prédio vizinho ao 'Hospital Santa Isabel', administrado pelas irmãs da Divina Providência. O 'Colégio Pedro II', pertencente a uma sociedade particular, tem as mesmas características dos que acima citamos, está situado no bairro do Retiro e é de frequência mista. Convém lembrarmos ao leitor que os nomes nacionais são

recentes a substituírem outros tantos de alemães, que até antes do início da campanha nacionalizadora serviam para designar ruas, logradouros e estabelecimentos<sup>16</sup>.

Apesar desses esforços não foi possível evitar que formas de reação popular se fizessem presentes, em diferentes espaços sociais, mesmo naqueles que ultrapassavam os limites restritos à escola:

De um lado as autoridades educacionais tentando implantar a nova legislação nacionalizadora, procuravam orientar as crianças, em idade escolar, inculcando nelas o espírito de brasilidade sem, no entanto ferir a sensibilidade de seus pais, evitando-se atritos, quando possível, mas em momento algum esmorecendo na difícil tarefa de nacionalizar através do ensino. Do outro lado, estava a população das áreas rurais, onde a língua alemã era falada com exclusividade, no lar, na igreja, nas ruas, no trabalho; onde a escola particular proliferava: onde as tradições e costumes do além mar ainda estavam vivos e atuantes<sup>17</sup>.

O próprio discurso da época foi categórico ao afirmar que a última forma de resistir à penetração da cultura nacionalista, por parte dos núcleos de imigrantes, ainda era o uso da língua do seu país de origem:

A brecha está aberta nos flancos dos redutos que opõem a última resistência, manifestada de diversas maneiras, conforme depoimento de um ancião: tirando o cachimbo da boca, soltou uma gostosa bafurada e, num português arrastado e quase incompreensível, respondeu. – Qual moço, muita força do Exército o governo já mandou para aqui. Há anos passados aqui esteve muito tempo a Companhia de Metralhadoras. Ocuparam várias casas, houve muita complicação, havia brigas com soldados todos os dias... E eles acabaram saindo. No ano de 30, outra vez as tropas estiveram aqui... mas foram embora de novo<sup>18</sup>.

Independente de diferentes formas de resistência, as regulamentações acerca do uso da língua portuguesa continuavam. Nesse sentido, tornaram-se freqüentes as recomendações quanto a melhor maneira de usar a voz, na leitura. Com essa finalidade foram difundidos os ensinamentos de Afrânio Peixoto, para leitura ao microfone:

Afrânio Peixoto, o mestre de todos nós, chama-nos a atenção para outra dificuldade: 'Além de ler, há que saber ler. É o mais difícil de ensinar, porque é o que, ordinariamente, nem mesmo os mestres aprenderam'.

A leitura agradável depende *a priori*, da voz, do treino da entonação e da vista: *a posteriori*, do seguinte:

- 1º) Pronunciar as sílabas sem afetação, dando-lhes, porém, todo o seu valor;
- 2º) Não ler depressa, nem, tão pouco, lento demais;
- 3º) Dar a entonação que a leitura pedir, atendendo sempre aos verbos principais na frase e aos vocábulos que concentra quase todo o sentido;
- 4º) Ler tão naturalmente quanto possível, tal qual palestrássemos;
- 5º) Não esquecer que o microfone representa o órgão de audição dos ouvintes: não grite nem sussurre. Não pense que quanto mais forte a voz, mais bonita ou melhor ouvida. A altura da emissão depende dos amplificadores<sup>19</sup>.

Também ficou claro que a música, nas escolas, era uma maneira de fazer o indivíduo entrar em contato mais íntimo e profundo com o sentimento de nacionalidade, com o argumento de que os sons musicais eram capazes de despertar, com maior eficiência, a sensibilidade dos indivíduos:

A música brasileira [...]

Seu poder sonoro toca-nos o sentimento mais depressa do que a formosa literatura eu, embora eternizada, fica na imobilidade do silêncio das páginas. Uma vez a nosso encontro; ao passo que a outra nós a buscamos.

[...] o canto nas escolas e a importância que a música vem tendo, por força da rádio, hão de confirmar as nossas esperanças<sup>20</sup>.

Entretanto, severas restrições foram feitas em relação ao samba, ao maxixe, à marchinha, ao frevo e aos demais ritmos populares, que eram como "selvagens", propondo-se a educação desses ritmos:

O samba que traz em sua etimologia a marca do sensualismo, é feio, indecente, desarmônico e arritmico. Mas, paciência: não repisemos esse nosso irmão pelos defeitos que contém. Sejamos benévolos: lancemos

mão da inteligência e da civilização. Tentemos devagarinho, torná-lo mais educado e social<sup>21</sup>.

Quando os discursos voltavam-se para as expressões literárias, sempre assinalavam para as manifestações nacionalistas:

Tais pendores literários e a unidade de formação que apontamos, resultaram no despertar de uma literatura nacionalista, em que a paisagem brasileira foi cantada em todos os seus esplendores. Creio mesmo que, em nenhum país da América Latina uma literatura tão rica, com tantos nomes e tantas obras de valor se apresentou semelhante. Isto é prova das nossas possibilidades, porque no setor para o qual foram encaminhados, produziram do bom e do melhor<sup>22</sup>.

Exemplos eram dados exaltando-se a atuação de alguns escritores brasileiros, que projetavam o “mestiço” e o “caipira” na cultura nacional:

Por isso, não me deixo avassalar por desânimos: antes, como tenho procurado deixar transparente, creio em possibilidades infinitas para o brasileiro que, por si e sem recurso, subiu aqueles píncaros, poucos, mas altíssimos, a que só atingem os grandes, os super-homens. Um ‘mestiço’ como Machado de Assis ou um ‘caipira’ como Euclides da Cunha são o símbolo de tais promessas, porque subiram e construíram, sozinhos, pelo próprio esforço e talento sem a base das grandes universidades com bibliotecas gabinetes e laboratórios que facilitam e despertam vocações<sup>23</sup>.

À juventude era atribuída significativa responsabilidade pela afirmação da literatura brasileira:

Por atos de vontade repetidos e sustentados, desde a primeira adolescência, quando ainda nos cursos secundários, as novas gerações brasileiras, assistidas por governos realmente operantes, decidirão de talentos e de destinos para a glória e a grandeza de nossa Pátria<sup>24</sup>.

E ao Estado Novo, sobretudo ao governo Nereu Ramos, reivindicava-se as possibilidades futuras de uma cultura nacional, a partir do seu projeto educativo:

O Estado Nacional pelo grande esforço educativo que está a realizar, procura nos oferecer as bases em que levantaremos o edifício de uma cultura sólida e eterna, cujos labores e resultados não de beneficiar a todos os homens as terras!<sup>25</sup>

## Notas

1. Algumas dessas sociedades encontram-se relacionadas na obra "O punhal nazista no coração do Brasil". São elas: Sociedade Teatral e Musical Frohsinn, Sociedades Atiradores Blumenau, Sociedade Recreativa Teutônica, Sociedade Ginástica "Jut Heil" Altona, Coro Masculino Garcia I, Grupo Planadores de Blumenau, Sociedade de Cantores Masculinos, Sociedade dos Atiradores Velha Nova, Esporte Clube Blumenauense, Sociedade de Cantores Masculinos "Eintracht", Sociedade de Cantores "Concórdia", União de Artífices, Clube Germânia, Sociedade Ginástica Blumenau, Esporte Clube Teutônia, Esporte Clube Rio da Areia, Esporte Clube União, Associação de Assistência de Blumenau com as suas filiadas: Johannastiftskreis, Evangelische Kirchengemeinde, Frontkaempferbund, Marineverein, Concórdia, Liderkranz, Turnverein Blumenau, Schuetzenverein "General Osório", Handwerkerverein Blumenau. Liga das Sociedades Alemães de Joinville com as suas filiadas: Clube Germânia, Evangelischer Frauenhilfswerkein "Helenenstift", Katolischer Volksverein, Deutscher Teaterverein, Clube Germânia de Joinville, Schulverein Zu Joinville, Clube União de Porto União, Schulverein de Porto União, Maennergesangverein "Saengerbund" Brusque, Deutsche-Evangelischer Kirchengemein, de Nova Teutônia. **DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. O punhal nazista no coração do Brasil.** Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1944, p. 56 e 64.
2. STAM, Robert. **Bakhtin:** da teoria literária à cultura de massa. São Paulo: Ática, 1992, p. 30.
3. "Antes de tudo, o discurso totalitário apaga a oposição entre o Estado e a Sociedade; dedica-se a tornar manifesta a presença do Estado em toda extensão de espaço social, isto é, a veicular, através de uma série de representantes, o princípio de poder que informa a diversidade das atividades e as contém no modelo de uma submissão comum". LEFORT, Claude. **As formas da história.** São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 326.
4. RAMOS, Nereu. **Discursos.** Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1943, p. 58-59.
5. REGIS, Lebon. **O perigo alemão e o problema do ensino em Santa Catarina.** Discurso pronunciado na sessão de 8 de junho de 1917. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Comércio, 1917, p. 18-19.
6. NOGUEIRA, Rui Alencar. **Nacionalização do Vale do Itajaí.** Rio de Janeiro: Masursky, 1947. (Trabalho redigido em 1942), p. 97.
7. *Ibidem*, p. 98.
8. *Ibidem*, p. 49.
9. Ramos, 1993, p. 78-79.
10. MOREIRA, João Roberto. **Unidade cultural.** Florianópolis, III Congresso de Brasilidade, 1943, p. 3.
11. SALGADO, Álvaro. Radiodifusão, fator social. **Cultura Política**, 1 (6): 79-93. Rio de Janeiro, ago., 1941, p. 87.
12. Ramos, 1993, p. 8.
13. Nogueira, 1947, p. 72-73.

14. Ramos, 1993, p.78.
15. Também encontram-se referências desaprovadoras em relação aos nomes utilizados para indicar as casas comerciais: “Silenciosos, anotávamos as indicações das casas comerciais que íamos encontrando: Willy Poerner, Breitkoprh Irmãos, Bruno Kellermann, Erwin Sunke, Helmuth Boemer, Osvaldo Kiersten, Boehm & Cia., Armarrinho Fucks, Helena Kersanack, Casa Grosssenbackes, Hans Toenjes, Carlos Kohcke, Casa Moelmann S.A., Schrader & Cia., Max Hertel, Eimer & Cia., Carlos Kueenzelbauer, Guilherme von Vickern, Willy Fischer, Marcos Sachlebeu, Walter Seipert, Alida Granhl, etc”. (NOGUEIRA, 1947, p. 87).
16. Nogueira, 1947, p. 47.
17. MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do ensino: uma contribuição à história da educação**. Florianópolis: UFSC, 1984, p.73.
18. Nogueira, 1997, p. 89.
19. SALGADO, Álvaro. Radiodifusão, fator social. **Cultura Política**, 1 (6): 79-93. Rio de Janeiro, ago. 1941, p. 89.
20. *Ibidem*, p. 84-86.
21. *Ibidem*, p. 85.
22. Moreira, 1943, p. 7.
23. *Ibidem*, p. 15.
24. *Ibidem*, p. 19.
25. *Ibidem*, p. 19.